Bolsas
Na terça-feira
1,57% São Paulo
1,02% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
204.324 — 208.295
15/10 16/10 19/10 20/10

Na terça-feira
R$ 5,018
(- **0,58%**)

Dólar

	Últimos
13/outubro	5,020
14/outubro	5,028
15/outubro	5,086
16/outubro	5,073
19/outubro	5,048

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 5,639

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,56%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

COMÉRCIO EXTERIOR

Governo tenta evitar dano com doença em ave

Após o México, Chile e China anunciarem restrições sanitárias por causa da doença de Newcastle, governo adota medidas para controlar vírus e minimizar perdas. Estratégia é informar países importadores sobre ações de contenção e prevenção

» RAPHAEL PATI

Reprodução/Agência Brasil

Segundo a associação de produtores, o país possui bons programas de biosseguridade e planos de contingenciamento para enfrentar a situação

> **"Tanto para o bem-estar animal, controle sanitário e bem-estar humano de consumo dessa carne, depois do abate, o que nós fazemos no Brasil — e todas as indústrias estão de acordo com as práticas internacionais — são protocolos que são aceitos em praticamente todos os países do mundo"**
>
> ***Patrícia Medeiros,*** *diretora-executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB)*

O governo federal busca mitigar os efeitos da presença do vírus causador da Doença de Newcastle em uma criação comercial de perus na cidade de Nova Itaberaba (SC). A descoberta do vírus foi confirmada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que informou, ontem, que mais três países implementaram restrições à importação da carne de aves brasileira, após a descoberta do foco da doença .

Entre os mercados que restringiram as importações, está a China — maior parceiro comercial brasileiro — que suspendeu as importações de carne de aves, no geral, por tempo indeterminado. O Chile também restringiu a compra de ovos férteis, ovos SPF (livres de patógenos), pintinhos de um dia, aves ornamentais, carne fresca de aves, ovos para consumo humano e produtos cárneos contendo carne fresca de aves. As suspensões, no caso desses dois países, valem apenas para o estado de Santa Catarina, por enquanto.

No caso da China, o governo ressaltou que a restrição limitada a Santa Catarina foi resultado de uma negociação conduzida pelos agentes do Mapa com Pequim, que conseguiram evitar que a suspensão atingisse todas as importações provenientes do território nacional, como foi o caso do México, que, também no dia de ontem, suspendeu a compra de aves vivas, carne e miúdos de aves, entre outros.

Em nota, a Secretaria de Agricultura do México afirmou que o objetivo da suspensão é proteger a produção avícola local. O governo mexicano não informou por quanto tempo a restrição ficará em vigor e indicou que a medida afetará tanto importações comerciais quanto produtos transportados por turistas. Nos últimos anos, a exportação de peito de frango desossado para o México mais do que dobrou, e passaram de 90 mil toneladas em 2022 para 196 mil toneladas no ano passado.

O Ministério da Agricultura ainda destacou, no comunicado publicado ontem, que mantém a conversa com outros países importadores com o fornecimento de informações técnicas sobre a ocorrência e as medidas de controle implementadas. "A atuação busca assegurar a transparência das informações e avançar nas tratativas para a retomada segura do comércio, em conformidade com os requisitos sanitários de cada mercado", destaca o Mapa, em nota oficial.

Recentemente, outras medidas foram adotadas para restringir a compra de carnes brasileiras, tanto de aves quanto de bovinos, suínos, entre outros. No mês passado, a União Europeia suspendeu a importação de diversos produtos de origem animal, o que inclui todos os tipos de carnes, além de ovos e mel. Vale destacar que o bloco europeu é o segundo maior importador de frango do Brasil. No período de janeiro a setembro deste ano, foi responsável pela aquisição de US$ 917 milhões do produto, ficando atrás somente da China, que comprou US$ 1,15 bilhão.

Enfrentamento

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) acredita que tanto o governo quanto o setor produtivo mantêm uma preparação constante para a prevenção e enfrentamento a doenças, por meio de programas de biosseguridade e planos de contingenciamento, negociações prévias com países importadores em caso de ocorrências, simulações, entre outros. "O país, inclusive, mantém um plano oficial de contingência com esse objetivo", ressalta.

A entidade também avalia que o Brasil está entre os países mais avançados do mundo no trabalho de prevenção à ocorrências sanitárias para doenças aviárias. "O fato de ser o terceiro maior produtor do mundo e apenas ter registrado um único caso de Influenza Aviária em produção comercial — enquanto na maior parte de todos os médio e grandes produtores são recorrentes os casos da doenças — comprova esta capacidade brasileira em preservar o próprio status sanitário", frisa a associação.

Já a diretora-executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Patrícia Medeiros, explica que quando um foco é identificado, o protocolo sanitário estabelece o isolamento do local até que seja sanitizado novamente, o que já foi adotado. "O local do abate é isolado, toda mercadoria vinculada, tanto que já foi abatida ou que têm algum nível de contaminação, é totalmente isolado e tem tratamento específico para descarte", esclarece.

"A ave é um animal muito delicado. Ele é suscetível, naturalmente, às doenças respiratórias, que é o caso", destaca Medeiros, que enaltece o trabalho conduzido pela fiscalização sanitária do país e dos produtores. "Tanto para o bem-estar animal, controle sanitário e bem-estar humano de consumo dessa carne, depois do abate, o que nós fazemos no Brasil — e todas as indústrias estão de acordo com as práticas internacionais — são protocolos que são aceitos em praticamente todos os países do mundo", complementa a diretora.

CB.PODER

Expectativas sobre política externa

» CAETANO YAMAMOTO*

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press

Menezes (E) aponta semelhanças entre o plano de Flávio e do seu pai

A estratégia de política externa dos dois candidatos à Presidência foi tema da análise do professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Roberto Goulart Menezes ao *CB.Poder* Eleições 2026 — uma parceria entre **Correio** e TV Brasília. Na edição de ontem do programa, ele comparou os programas dos candidatos voltados para a área internacional.

Na entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Sibele Negromonte, o analista pontuou que as principais diferenças entre Lula e Flávio Bolsonaro estão na área internacional, em que o candidato do PL tende a dar uma ênfase maior ao comércio, deixando de lado a política externa como um todo.

"No caso do candidato Lula, como atual presidente, a agenda já é conhecida: Relação com as grandes potências: busca traçar o comportamento do Brasil em relação aos Estados Unidos, à China e colocando também a União Europeia como uma grande potência; América do Sul, com a governança regional focada no Mercosul, que é de extrema importância para o comércio brasileiro; e o eixo ambiental, com compromissos internacionais que o Brasil assumiu desde 1992, sobretudo na área ambiental", afirmou.

O especialista aponta algumas semelhanças, no programa do Flávio, ao do seu pai, Jair Bolsonaro e nota algumas ausências marcantes. A primeira delas é que não há o termo "Brics" no plano de governo, em referência ao grupo formado por Brasil, Rússia, China e África do Sul. O candidato também relativiza a presença do Brasil no Mercosul. "Isso lembra o início do governo do seu pai (Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022), que via o Mercosul como um certo entrave às relações do Brasil com outros parceiros, como os Estados Unidos. O governo de Jair Bolsonaro tinha preferência por um acordo com os Estados Unidos, mas esse acordo nunca foi consenso entre os empresários brasileiros (dos setores industrial, de agricultura e de serviços), porque é uma negociação muito desigual", destacou.

O professor explica que atualmente o governo mantém uma posição de equidistância, pois não quer tomar partido nem dos Estados Unidos e nem da China. Segundo ele, não é uma posição fácil para o Brasil, sendo o maior país da América Latina.

"No caso do Brasil, a China se tornou o primeiro parceiro comercial a partir da crise de 2008 e é o maior exportador do mundo. Quase todos os países têm interesse em negociar com a China e receber seus investimentos, mas isso não é feito de forma acrítica pelo governo brasileiro", frisou. De acordo com o convidado, um tema-chave quando lidamos com a China é a desindustrialização da economia brasileira. Para ele, o Brasil quer que a China traga investimentos, produza aqui e desenvolva cooperação tecnológica e científica.

"No caso de Flávio Bolsonaro, se for repetir o que foi o governo Jair Bolsonaro, essa relação certamente passará pelas relações Brasil-Estados Unidos. Grandes exportadores do setor primário temem que o Brasil tome um dos lados; se optar abertamente pelos Estados Unidos, a China pode dar um passo atrás em investimentos em determinados setores no Brasil", detalhou. Na análise de Menezes, as terras-raras são outro tema-chave, com o Brasil sendo segundo ou terceiro maior detentor desses 17 minerais chamados terras raras (minerais críticos). Segundo ele, a China detém entre 70% e 75% do processamento mundial desses minerais, semelhante ao setor de chips em Taiwan, que investiu sistematicamente e passou a dominar de 70% a 80% do mercado.

"O Brasil tem capacidade em universidades e centros de pesquisa para usar essa riqueza em seu favor", opinou.

***Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**